

ATA N ° 03/ AM /2019

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA SEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE-----

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dezanove reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município, em Sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

ORDEM DO DIA: -----

1. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

a) Empreitada de Requalificação da Av. Manuel da Fonseca, Zona Comercial do Centro Histórico e Zona Envolvente do Mercado Municipal – Santiago do Cacém.-

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Matos Cascão da Silva, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Norberto Valente Barradas, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Jorge Manuel Mata Magrinho, Rui Manuel Beles Vieira, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida, Joaquim António Gamito, Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva, Francisco Alfeirão Rodrigues, Rui Estevam de Matos, Ricardo Jorge da Cruz, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Helder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores Vereadores Maria Margarida Costa Rosa Cardoso dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Óscar Domingues Ramos e Luis Filipe dos Santos.-----

Não compareceram os membros Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos, Luis de Assis Candeias de Jesus Silva do Ó, Maria Teresa Pereira Machado Branco, José Manuel Guerreiro Neves e Adelaide Júlia Messias de Lemos,-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CONSTITUIÇÃO -----

Verificada a ausência da 1ª Secretária, a Senhora Presidente nomeou “ad hoc” a Senhora Maria Emília Batista de Almeida, para 2ª Secretária, passado o 2º Secretário a ocupar o lugar de 1º Secretário. -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, deu conhecimento de que a Senhora **Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves** e o Senhor **José Manuel**

Guerreiro Neves, eleitos da CDU, se faziam substituir na presente Sessão, pelos senhores **Luis de Matos e João Ludovico**, respetivamente. E que o Senhor **Francisco Miguel Castelo Branco Lobo de Vasconcellos**, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais, se fazia substituir pelo Senhor **António Gamito de Matos**, eleitos que se seguem *imediatamente na ordem das respetivas listas*, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

“1. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Empreitada de Requalificação da Av. Manuel da Fonseca, Zona Comercial do Centro Histórico e Zona Envolvente do Mercado Municipal – Compromissos plurianuais. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal Autorização Prévia para a assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do contrato que se pretende celebrar para execução da empreitada de “Requalificação da Av. Manuel da Fonseca, Zona Comercial do Centro Histórico e Zona Envolvente do Mercado Municipal”, com o encargo estimado de 2.200.000,00€, sendo a estimativa de repartição de encargos para cada os anos de 2019, de 350.000,00 €, de 2020, de 1.228.520,00 €, e de 2021, de 300.000,00 €, valores a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, assim discriminados pelos diferentes projetos: -----

Classificação	2019	2020	2021	VALOR
PPI	(c/IVA)	(c/IVA)	(c/IVA)	TOTAL
3.3.1.1.2-----	350.000,00€-----	453.480,00€-----	-----	803.480,00€
2016/93				
3.3.1.1.2-----	-----	530.000,00€-----	-----	530.000,00€
2016/97				
3.3.1.1.2-----	-----	698.520,00€-----	300.000,00€-----	998.520,00€
2016/91 -----				

FUNDAMENTOS: UM – Em face da caducidade da adjudicação efetuada à empresa Consdep – Engenharia e Construção, S.A, e conseqüentemente, a necessidade de se proceder à abertura de novo procedimento, com o aumento do respetivo preço base;-----

DOIS – Uma vez que há um aumento de verbas relativamente ao que foi aprovado inicialmente, nos documentos previsionais;-----

TRÊS - De acordo com o estabelecido na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; ---

QUATRO - Para cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação vigente.”-----

No âmbito da apresentação da Proposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que estas obras eram uma opção da Câmara Municipal, cumprindo com o compromisso eleitoral sufragado nas últimas eleições autárquicas, acrescentando que as obras implicavam um investimento nas infraestruturas de saneamento básico e de iluminação pública, para além do reordenamento do espaço público e da pavimentação, sendo que, a opção do projeto ia de encontro ao que se está sendo feito por todo País, no sentido da valorização da Cidade, criando melhor ambiente para os seus habitantes e para quem a visita. -----

Mais referiu que se tem vindo a verificar, em todo o País, uma subida no valor das empreitadas relativamente a processos anteriores, devido à realização de muitas obras e à dificuldade das empresas em arranjamem mão de obra local, obrigando ao recrutamento

de trabalhadores de outras regiões, o que implica gastos de deslocação, para além do aumento dos preços dos materiais de construção civil. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão: -----

Interveio o Senhor José Cascão da Silva, eleito do PS, referindo que não podia deixar de constatar algo que lhe parecia evidente, ou seja, o facto do Executivo CDU estar mais motivado para gastar dois milhões e trezentos mil euros numa obra de necessidade duvidosa, para criar um ambiente urbano mais ameno, em Santiago do Cacém, do que participar com sete e meio por cento num investimento previsto de dois milhões e quinhentos mil euros referente a um projeto de obras do Ministério da Educação para recuperar a Escola Padre António Macedo (ESPAM), que iriam beneficiar todos os alunos e os pais. -----

Interveio a Senhora Dulce Rito, eleita do PS, referindo que, apesar do Senhor Presidente da Câmara Municipal achar que o projeto em causa era para avançar, tinha algumas dúvidas sobre o processo, as quais gostaria que fossem esclarecidas. -----

Acrescentou que, em vinte e três de julho de dois mil e quinze, teria sido aprovado pela Câmara Municipal o Plano de Reabilitação Urbana Sistemática (ORU), questionando sobre a delimitação desse Plano e sobre as vantagens para o Município da alteração do ORU para Área de Reabilitação Urbana (ARU) deliberada na CM, em quinze de janeiro de dois mil e dezoito. -----

Questionou também sobre as razões que levaram a que fosse alargado o perímetro urbano de reabilitação urbana da Zona Histórica, para uma Zona mais nova da Cidade. Acrescentou que na sequência desta alteração houve um prazo de vinte dias para discussão pública, em dezanove de abril de dois mil e dezoito, questionando por que meio foi posto este projeto a discussão pública e quais os resultados da mesma. -----

Mais referiu que, em três de julho de dois mil e dezoito, foi pedido um parecer ao IRU, o qual devia ser dado no prazo de quinze dias, sendo que, em dezanove de junho de dois mil e dezoito, na Sessão da Assembleia Municipal, questionou o Senhor Presidente sobre este assunto, dado que o prazo tinha terminado no dia anterior, tendo o Senhor Presidente respondido que não sabia, pelo que, colocava novamente a questão. -----

Referiu ainda que o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) tem um prazo de quinze anos para ser executado, questionando sobre o que se pretendia fazer nesse prazo, o valor global previsto, bem como o valor que irá ser compensado por Fundos Estruturais, e ainda, se existia algum Fundo garantido e o prazo previsto para a realização das obras em causa. -----

Questionou também sobre o valor correto da proposta submetida à Assembleia Municipal, porque eram vários os valores, e a que obras se destinavam, bem como as datas de realização das mesmas e os valores garantidos pelos Fundos, nomeadamente pelo FEDER. -----

Mais referiu que, inicialmente, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), indicava para o Projeto E.1 – Remodelação do Mercado Municipal e Zona Envolvente, um valor total de trezentos e setenta e cinco mil euros e para o Projeto E.2 – Valorização do Espaço Público na Avenida Manuel da Fonseca, um valor de duzentos e vinte mil euros, o que totalizava quinhentos e noventa e cinco mil euros, sendo que, agora surgia um valor de dois milhões e duzentos mil euros. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas, o qual começou por informar que no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), estão definidas as estratégias para os centros históricos do Município, incluindo o centro da

Cidade de Vila Nova de Santo André, o qual só foi possível integrar, depois de alguma insistência, pelo que, ficaram incluídos quatro aglomerados urbanos no mesmo.-----
Acrescentou que as Operações de Reabilitação Urbana (ORUs) eram pré-Planos que foi necessário elaborar, em dois mil e quinze, para garantir o acesso do Município aos Fundos Comunitários, contendo a delimitação da área urbana, do espaço público e do espaço privado, bem como intervenções previstas, embora sem projetos, sendo que, a Câmara Municipal tinha três anos para precisar melhor as questões, a constar nas ARUs, incluindo projetos que podiam não ser os mesmos, acrescentando que, só com a elaboração dos projetos é que era possível estimar os custos das empreitadas com alguma precisão.-----

Mais referiu que as ORUs e as ARUs eram instrumentos de gestão necessários para o acesso do Município aos Fundos Comunitários e aos benefícios fiscais para os particulares recuperarem o edificado.-----

Sobre a realização das obras, esclareceu que as mesmas se irão desenvolver em três fases, compreendendo a intervenção nos espaços públicos, por um lado, e a requalificação do Mercado Municipal. Acrescentou que as obras do Mercado seriam iniciadas na semana seguinte, sendo que, para as restantes obras terá que ser lançado um novo concurso público e terá que se aguardar pelo Visto do Tribunal de Contas, sendo que, este processo poderá demorar entre cinco a seis meses, e que o prazo para a realização das obras era de um ano e meio.-----

Mais informou que não se tratava somente da realização de obras na Av. Manuel da Fonseca, porque vai ser necessário intervir na envolvente à mesma, bem como nas redes pluviais. Acrescentou que a opção por calçada, para melhorar o piso daquela Avenida, era a melhor solução, dado que, se houver uma rotura na rede de saneamento básico, a sua reparação não deixará um remendo no piso, como acontece com o pavimento de asfalto, o que era importante em termos estéticos e do ponto de vista turístico, recordando que, entre dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, houve um incremento, de trinta vírgula nove por cento do Turismo no Município, quando a média nacional foi de oito por cento, e duplicou o número de dormidas. Mais referiu que eram estes factos, indesmentíveis, que incomodavam a Oposição, em particular o PS, pelo que, tentavam passar para a população a ideia de que a Câmara Municipal estava a ser despesista com a realização das obras em causa, quando a mesma reduziu cinquenta e cinco por cento da sua dívida nos últimos cinco anos, para o qual despendeu um montante de dez milhões de euros.-----

Relativamente à requalificação da ESPAM, referiu que todos sabiam que se tratava de um problema para quem estudava e trabalhava naquele estabelecimento de ensino, e que as obras de requalificação do mesmo era da responsabilidade do Governo atual e dos anteriores governos que, durante trinta anos, não as executaram, considerando que se tentava fazer demagogia com este assunto ao culpar a Câmara Municipal por uma ação que não era da sua competência.-----

Recordou que as obras da ESPAM chegaram a ser consideradas como primeira prioridade, no Alentejo Litoral, pelo anterior Governo, no âmbito da discussão do Fundos Comunitários, tendo sido alocada uma verba para o setor da educação, a qual o Governo tentou depois passar para as autarquias, o que não foi aceite pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), sendo que, posteriormente, foram alocadas verbas separadas para as CIMs e para o Ministério da Educação, o qual quis passar também a responsabilidade das obras das escolas secundárias para as câmaras municipais, o que não foi aceite, por unanimidade, no âmbito da CIMAL, acrescentando

que o próprio 1º Ministro chegou a dizer, numa reunião com as câmaras municipais, que estas não deviam aceitar aquela responsabilidade. -----

Mais referiu que, no tempo do ex-1º Ministro José Sócrates, chegou a ser avançada uma estimativa de custos, de dez milhões de euros, para a realização daquelas obras, apesar de, até à presente data, não existir qualquer projeto para as mesmas. -----

Recordou também que, alguns meses antes das últimas eleições autárquicas, o PS local fez sair um comunicado onde indicava uma verba estimada, de três milhões de euros, para realização das obras, a que corresponderia cerca de trezentos mil euros para a Câmara Municipal pagar, caso participasse com sete e meio por cento da parte não participada por Fundos Comunitários. Acrescentou que a Câmara Municipal desconhecia aquela estimativa de custos, até porque também não tinha conhecimento que, entretanto, tivesse sido elaborado qualquer projeto para requalificação daquela Escola, pelo que, solicitou informação a responsáveis de organismos do Ministério da Educação, os quais lhe transmitiram que também não tinham conhecimento daquele valor. Mais informou que colocou também o assunto numa reunião da Câmara Municipal, tendo o Vereador Francisco de Sousa, eleito do PS, referido que teria havido a informação de um técnico com a indicação daquele valor. -----

Referiu ainda que técnicos municipais têm estimado, de forma empírica, que serão necessários, no mínimo, cinco milhões de euros para requalificar aquela Escola, pelo que, a participação da Câmara Municipal seria muito superior. -----

Acrescentou que o que se sabia era que existia uma verba de dois milhões e cento e cinquenta mil euros para aquelas obras, das quais não existe projeto. Pelo que, o que tem sido dito aos responsáveis do Ministério da Educação, em várias reuniões, é que deverá proceder à elaboração do projeto de requalificação da Escola, no sentido de apurar qual a verba em causa, para depois discutir o assunto com a Câmara Municipal. Mais referiu que a Câmara Municipal tem cumprido, com muito esforço, com as suas competências na área da Educação, o que se traduzia em milhões de euros, tendo realizado, recentemente, obras de requalificação nas EBs nº 3 e nº 4 de Santo André, e na EB de Ermidas Sado, que atingiram um custo total de mais de dois milhões de euros, com uma participação que não chegou aos cinquenta por cento, o que exigiu um esforço de mais de um milhão de euros por parte do Município. -----

Recordou ainda que a Lei das Finanças Locais não era cumprida, desde dois mil sete, pelos sucessivos governos, e que os mesmos também não têm cumprido com a disposição Constitucional da redistribuição, de forma solidária, dos impostos entre a Administração Local e a Administração Central, pelo que, considerou que não era compreensível que o Governo pretenda que as autarquias participem nas ações que são da sua responsabilidade, acrescentando que, segundo esta lógica, a Câmara Municipal teria também de custear obras de outros setores da Administração Central.

A Senhora Dulce Rito referiu que o Senhor Presidente não tinha respondido a algumas questões que colocou, nomeadamente sobre a publicitação da discussão pública do alargamento do Perímetro Urbano da Zona Histórica e sobre a resposta do IRU. -----

O Senhor Presidente esclareceu que se tratava de documentos públicos, dos quais a Autarquia fez uma ampla divulgação nos meios de comunicação normais, nomeadamente jornais, locais de estilo e na Internet, no Sítio da Câmara Municipal. -----

Mais referiu que, no caso de não terem ficado mais algumas questões por responder, sugeria que as mesmas fossem colocadas, por escrito, para uma resposta mais detalhada. Interveio o Senhor José Cascão da Silva, referindo que a redução da dívida pelo Executivo CDU, não era mais que o colmatar de eventuais erros da gestão de anteriores executivos da CDU. -----

Mais referiu que da intervenção do Senhor Presidente, concluía que o mesmo considerava que “ nós somos os honestos e os do Governo são os maus.”. ----- Acrescentou que era verdade que a ESPAM era uma responsabilidade do Ministério da Educação, lamentando que o projeto das obras de requalificação não tenha avançado, considerando que a Câmara Municipal podia ter indicado um *plafond*, para assumir a comparticipação. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a proposta do Ministério da Educação era mais vasta, pretendendo o mesmo que a Câmara Municipal assumisse a elaboração do projeto e procedesse ao lançamento do concurso como dona da obra. -----

Mais referiu que não tinha dito que “nós somos os bons e os do Governo são os maus” como o Senhor José Cascão da Silva afirmara, acrescentando que tinha apenas sido claro relativamente ao processo daquela competência do Ministério da Educação que o mesmo pretendia transferir para as câmaras municipais, sem conhecimento dos valores em causa, sendo esta a razão pela qual as mesmas não estavam disponíveis para a aceitar, ao contrário de outras situações que a Câmara Municipal tinha negociado com organismos da Administração Central, dando como exemplo as obras da Costa de Santo André, da responsabilidade da empresa Pólis, com a qual a Câmara Municipal negociou, sabendo, à partida, qual era a sua comparticipação. -----

Interveio o Senhor Rui Vieira, eleito do BE, começando por referir que leu os poucos documentos a que teve acesso sobre o assunto em apreço, acrescentando que não questionava a opção pela calçada, a qual permitia uma maior absorção e escoamento das águas, ao contrário do alcatrão, nem o facto de sair mais caro. -----

Mais referiu que as suas preocupações eram com os valores orçamentados das obras e os compromissos assumidos pelos empreiteiros, aquando da adjudicação das mesmas, os quais nem sempre eram cumpridos, como estava a acontecer nas obras em curso no Bairro das Flores, na Cidade de Vila Nova de Santo André, onde foram colocadas lajes soltas na parte requalificada, sendo que, algumas já estão partidas, considerando que esta situação ainda podia ser corrigida, antes da conclusão das obras. Acrescentou que alguns muros junto às escadas de acesso aos diferentes pisos daquele Bairro também ficaram rachados com o impacto das obras, pelo que, gostaria de saber se o empreiteiro vai assumir a responsabilidade pela sua reparação. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, quando a obra ficasse concluída seria feita a Vistoria final, sendo que, o que não estivesse de acordo com o projeto seria corrigido pelo empreiteiro, e, se este não cumprisse, seria acionada a Garantia Bancária, acrescentando que o período de garantia da obra era de cinco anos.

Mais informou que se tratava de uma obra complexa e que a mesma estava atrasada, nomeadamente pelo facto dos empreiteiros se confrontarem, atualmente, com a falta de mão de obra. -----

O Senhor Rui Vieira esclareceu que tinha feito a ligação entre as obras da proposta em apreço e as obras do Bairro das Flores, devido à preocupação relativamente ao cumprimento dos compromissos assumidos por parte dos empreiteiros, porque lhe pareceu que aquelas não eram situações normais e considerava que as mesmas não deviam ser vistas só no final da obra, mas de forma contínua, no decurso da mesma. ----

Acrescentou que estavam em causa dinheiros públicos que eram de todos, considerando importante uma boa gestão dos mesmos. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que dissera, era que, em última instância, as situações seriam tidas em conta na Vistoria final, acrescentando que a Câmara Municipal tinha um Fiscal que acompanhava diariamente aquelas obras, para verificar as anomalias, bem como um Engenheiro responsável pela obra, o qual se

deslocava quase todos os dias à mesma, reportando as anomalias ao empreiteiro, para serem corrigidas, Mais esclareceu que a deteção de uma anomalia não obrigava a que o empreiteiro a corrigisse, de imediato, sendo que, o deverá fazer no decurso da mesma. Referiu ainda que o normal era esperar que os empreiteiros cumprissem os seus compromissos.-----

Concluiu, referindo que o Senhor Rui Vieira, ao mencionar o facto dos dinheiros públicos serem de todos, parecia estar a insinuar que existia má gestão da Câmara Municipal.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Norberto Valente Barradas, Luis de Matos, Jorge Manuel Mata Magrinho, Francisco de Oliveira Pereira, Maria Emília Batista de Almeida, Joaquim António Gamito, João Ludovico, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, David Oliveira Gorgulho, Hélder da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente e Ana Maria Morais Ribeiro Gonçalves, e um do eleito do BE, Senhor Rui Manuel Maria Beles Vieira. -----

Cinco votos contra, dos eleitos do PS, senhores José Matos Cascão da Silva, Manuel Botelho Mourão, Susana Louro Caiado Correia Pádua, Maria Dulce das Candeias Pereira Rito Almeida e Tiago Maria Jantarão Lopes da Silva. -----

Três abstenções, sendo duas dos eleitos da Coligação Santiago do Cacém Mais, senhores Francisco Alfeirão Rodrigues e António Gamito de Matos, e uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Jorge da Cruz. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pela Senhora Dulce Rito, em representação dos eleitos do PS, foi apresentada a seguinte Declaração de Voto: “A proposta, única, que a Câmara Municipal apresenta à Assembleia Municipal em 6 de março de 2019 é:-----

a) Empreitada de Requalificação da Av. Manuel da Fonseca, Zona Comercial do Centro Histórico e Zona Envolvente do Mercado Municipal – Santiago do Cacém

Ora, esta proposta, surge na sequência de um concurso público, de novembro de 2018, o qual definiu um preço base de € 1.730.000,00. -----

Ao que parece a empresa Consdep – Engenharia e Construção, S.A terá sido a escolhida, por ter apresentado um preço de € 1.729.692,28, o qual se enquadrava no âmbito do concurso, e a ela adjudicado. Porém veio a Câmara a proceder à caducidade da adjudicação, por esta empresa não ter cumprido com os documentos exigidos, nomeadamente de habilitação e da caução devida.-----

Como esta empresa foi a única que vou a sua proposta admitida e adjudicada, não é possível prosseguir com a adjudicação de qualquer outra proposta.-----

Todas as outras empresas que responderam ao concurso, terão apresentado propostas com valores superiores, pelo que o preço médio das propostas rondará € 2.200.000,00, valor que se propõe agora que seja o valor para o novo concurso público a levar a cabo.

O que também desconhecemos é “Qual o valor que foi aprovado inicialmente, nos documentos previsionais, para esta empreitada e quando?”. -----

Na verdade todo este processo e a teimosia do executivo camarário de levar a cabo algumas das obras nesta zona, para as quais o Partido Socialista vem chamando a atenção da desnecessidade e desperdício de algumas delas – como por exemplo a retirada do alcatrão, a redução dos passeios e a colocação de paralelepípedos (para que essa entrada em Santiago do Cacém fique como a denominada e comumente designada Estrada do Poço, que já foi feita e refeita, pelo menos três vezes e continua com altos e

baixos e as tampas das águas pluviais a abater?) – continua envolto em nebulosa cujos contornos não foram, até hoje, bem esclarecidos, pelo executivo camarário.-----

Ao que parece e fazendo um resumo da situação:-----

1- O Projeto de Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática cuja delimitação foi aprovada em Assembleia Municipal de 23/07/2015, publicada sob o Aviso nº 8832/2015, de 11 de agosto, em Diário da República – 2ª Série e que estabelece as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da ARU, que é a Área de Reabilitação Urbana. (Segundo o Decreto Lei tal pode ser alargado a estruturas com mais de 30 anos).-----

2- Terá havido uma deliberação da Câmara Municipal de 15 de fevereiro de 2018, e a ORU passou a ARU o que deu origem ao PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana. -----

3- Terá havido um prazo de 20 dias úteis de discussão pública, por deliberação da Câmara de 19/04/2018 e Aviso nº 5966/2018 publicado na 2ª Série do DR, nº 87, de 07/05/2018. -----

Perguntamos: Quais os resultados dessa discussão pública? -----

4- Em Assembleia Municipal de 19 de julho de 2018 questionado o Sr. Presidente se o IHRU já tinha emitido o parecer, cujo pedido teria sido efetuado por correio eletrónico em 03/07/2018 (o prazo para emissão do parecer seria de 15 dias pelo que teria terminado no dia 18 de julho, isto é, na véspera da Assembleia Municipal) respondeu: que NÃO SABIA. Será que já sabe? -----

5- Que razão ou razões levaram a que fosse alargado o perímetro urbano de reabilitação urbana, da Zona Histórica propriamente dita para uma Zona mais nova da cidade? -----

6- O projeto designado como PERU tem o limite de 15 anos para a sua execução. Pretendem os atuais eleitos comprometer o futuro de Santiago e dos Santiaguenses e dos futuros expectáveis eleitos a um projeto megalómano? Para o PERU que valor global está previsto? Que valor irá ser compensado por Fundos Estruturais? Existe algum Fundo já garantido com prazo previsto para a realização de algumas obras? Para que obras? -----

7- Foram promovidas Reuniões com a população, em especial com os comerciantes por que via? Apenas e através dos Avisos publicados no Diário da República ou por que outro meio? -----

Inicialmente o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística indicava que “Projeto E.1 – Remodelação do Mercado Municipal e Zona Envolvente” um custo total de € 375.000,00 – cronograma 2018-2019 e o Projeto E.2 – Valorização do Espaço Público na Avenida Manuel da Fonseca um custo de € 220.000,00 – cronograma 2018-2019”, isto num total de € 595.000,00! -----

Assim e inicialmente, em 23/07/2015, foi aprovado o Projeto de Reabilitação Urbana que abrangia apenas a Zona Histórica, propriamente dita. Só em 15 de fevereiro de 2018 o Executivo Camarário resolveu alargar o perímetro urbano da zona histórica à parte nova da cidade, o que não se entende. -----

Conforme resulta do Relatório de Atividades novembro/dezembro 2018 a “requalificação do Mercado Municipal e do Espaço Público Envolvente prevê o investimento total de € 2.244.405,00, uma comparticipação FEDER de 1.907.744,25 (85%) e engloba três componentes de investimento”, onde estão incluídos três componentes, Lotes 1 e 2 e previsão de Execução até dezembro de 2020!-----

Todavia a proposta agora em discussão, referente a repartição de encargos para cada um dos anos de 2019, 2020 e 2021 apresenta um valor de € 1.878.520,00, superior ao

encargo estimado e anteriormente previsto, o qual, com o IVA, se liquida em - € 2.310.579,60! -----

Os valores estimados, previstos, provisionados são um autêntico festival e, apesar de (segundo o executivo camarário) 85% provir do FEDER há que ter ainda maior contenção no gasto de dinheiros públicos e uma explicação mais detalhada à população. A pressa tem sido o inimigo dos trabalhos camarário – Veja-se o parque de estacionamento da Praia da Lagoa de Stº André, o estado degradante do seu pavimento, que pouco durou e continua a deteriorar-se.-----

O Boletim Municipal de DEZ/JAN, na sua pag.18, avança com um valor de investimento de € 2.060.000,00 (Dois milhões e Sessenta mil Euros), para o Mercado Municipal e Zona Envolvente. -----

Afinal em que ficamos? Qual o custo total da requalificação do Mercado Municipal e Zona Envolvente?-----

- € 595.000,00?-----

- € 2.200.000,00?-----

- € 2.244.405,00?-----

- € 1.878.520,00? Sem IVA e € 2.310.579,60 com IVA?-----

- € 2.060.000,00?-----

Com o reagrupamento dos lotes, se se tivessem mantido os pressupostos de recuperação que, suportam todo o processo, resultariam dois lotes com cerca de 300.000,00€ cada. --

No entanto, o lote referente à Avenida Manuel da Fonseca passa dos cerca de 300 mil para 1.700.000,00€ (no primeiro concurso) e; Agora novo concurso para 2.200.000,00€.

A recuperação/beneficiação do Mercado, fica ligeiramente inferior aos 300 mil Euros; --

Ou seja, passamos de um total de cerca de 600.000,00€ para cerca de 2.500.000,00€.----

A Avª Manuel da Fonseca está quase bem como está. Basta que se coloque um novo tapete de repavimentação, se abram as caldeiras e coloquem árvores de pequeno porte e folha perene ao longo dos passeios, beneficiar e/ou substituir candeeiros e colocar iluminação bonita (leds). Fechá-la agora ao trânsito, impedir a circulação de pessoas ao longo desta Avenida, irá matar o já moribundo comércio dessa zona!-----

Os deputados do Partido Socialista não se reveem neste esbanjamento e desperdício, só para aproveitar Fundos Europeus que seriam e deveriam ser melhor canalizados para outros locais.-----

E, já agora, gostaríamos de perceber qual o valor correto da Proposta que é submetida à Assembleia Extraordinária de 6 de março de 2019, para que obras, quais as suas datas de realização, as previsões e os valores garantidos por Fundos, nomeadamente o FEDER.” -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela Senhora Primeira Secretária a relação, em **Minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, às vinte e duas horas.-----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----
